



CONSIDERATIONS ON THE USE OF BIOLOGY AS A  
DIALECTICAL ARGUMENT IN ARISTOTLE'S POLITICS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA BIOLOGIA COMO  
ARGUMENTO DIALÉTICO NA POLÍTICA DE ARISTÓTELES

Eduardo Brindizi Silveira<sup>25</sup>

## ABSTRACT

This article will discuss the use of biological arguments in Aristotle's political theory. Despite the prohibition proposed in the Second Analytics of using the principles of one science to justify those of another, there are authors who defend a biological naturalism as the foundation of the Stagirite's political theory. On the other hand, there is the argument in favor of disregarding biology from this domain, because, in addition to the aforementioned interdiction, human reason and discourse (lógos) would determine the practical character of such a science and would not be given by nature. A possible solution would be the proposition that the main method of presentation of Aristotelian treatises is dialectical and not logical. By using general principles applicable to various sciences, dialectics would reach conclusions that lacked the demonstrative rigor of logic, but would be sufficient to deal with the contingent problems of practical philosophy.

**Keywords:** Aristotle; Politics; Biology; Logic, and Dialectic.

## RESUMO

Este artigo debaterá sobre o uso de argumentos biológicos na teoria política de Aristóteles. Em que pese a interdição proposta nos Analíticos Segundos de empregar princípios de uma ciência para justificar os de outra, existem autores que defendem um naturalismo biológico como o fundamento da teoria política do Estagirita. Por outro lado, existe o argumento a favor de desconsiderar a biologia desse domínio, pois, além da referida interdição, a razão e ao discurso (lógos) humanos determinariam o caráter prático de tal ciência e não seriam dados por natureza. Uma possível solução seria a proposição de que o principal método de apresentação dos tratados aristotélicos seria o dialético e não o lógico. A dialética, ao se valer de princípios gerais aplicáveis a várias ciências, atingiria conclusões que não possuiriam o rigor demonstrativo da lógica, mas seriam suficientes para lidar com os problemas contingentes da filosofia prática.

**Palavras-chave:** Aristóteles; Política; Biologia; Lógica e Dialética

---

<sup>25</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade de Uberaba (1998). Possui pós-graduação em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2011). Possui mestrado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2013). Possui doutorado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017) Delegado de Polícia Federal desde 2002. E-mail: [brindizi@hotmail.com](mailto:brindizi@hotmail.com)



## INTRODUCTION

O objetivo do presente artigo é debater qual o status do uso de argumentos biológicos por Aristóteles na *Política*, uma vez que isso, aparentemente, contraria a proposição feita pelo Estagirita de que cada ciência se fundamenta em princípios próprios. Portanto, biologia e política não deveriam guardar relação. Desse modo, em primeiro lugar, examinar-se-á a tese que considera o uso de argumentos biológicos como o fundamento da filosofia política aristotélica e o aproxima de Darwin. Em segundo lugar, será estudada a tese oposta, segundo a qual esses argumentos não são relevantes ao pensamento político do filósofo e propõe seu descarte, dada a primazia do *lógos* sobre a natureza humana na construção da *pólis* e, assim, procura manter intacta a divisão mencionada. Em terceiro, será abordada a tese que interpreta o uso desses argumentos de forma dialética, ou seja, como premissas geralmente aceitas que permitem raciocinar sobre qualquer problema, e, desse modo, preserva a unidade do pensamento Aristotélico, sem desconsiderar a natureza humana.

### 1 - A Biologia como Fundamentação da Política

O primeiro argumento da corrente que defende a biologia como o fundamento da teoria política aristotélica é o emprego do método de divisão (*diairesis*) na *Política*, que preconiza a decomposição de um problema em suas menores partes de modo a se verificar como elas compõem o todo. No Livro 1, Aristóteles propõe a questão se a autoridade política se confunde com a do senhor de escravos ou do chefe do lar e apresenta a seguinte solução:

É que, tal como nas outras ciências, temos de analisar um composto até aos seus elementos mais simples (que são as menores partes do todo) assim também examinaremos as partes componentes de uma cidade, vendo melhor como as diversas formas de autoridade diferem entre si, compreendendo de modo positivo cada uma das funções mencionadas (*Pol.* 1.1, 1252a17-20).

Em outra passagem, Aristóteles parece fazer uma alusão mais clara sobre a conexão entre a biologia e política:

Neste, como nos outros domínios, obteremos a melhor apreciação das coisas se olharmos para o seu processo natural, desde o princípio. Em primeiro lugar, aqueles que não podem existir sem o outro devem formar um par. É o caso da fêmea e do macho para procriar (e isto nada tem a ver com uma escolha já que, como nos animais e nas plantas, a necessidade de progeneração é, em si, um fato natural) (*Pol.* 1.2, 1252a25-30).



Ele não diz explicitamente quais seriam essas outras ciências ou domínios nos quais a *diairesis* se aplica, porém, esse método aparece nos Analíticos Posteriores (*A. post.* 2.13, 96b15) e recomenda que, ao se executar um estudo sistemático sobre uma classe de objetos, deve-se proceder à divisão do gênero (*genos*) e até de chegar às suas mínimas partes componentes (*eidós*)<sup>26</sup>, que podem ser traduzidos do grego clássico para o português grosseiramente em gênero e espécie (BOURGEY, 1955, p. 124). Esse método também aparece nos tratados biológicos, contudo Balme aponta que o Estagirita raramente usa os termos *genos* e *eidós* nesse sentido ao analisar os dados empíricos e os problemas biológicos, ele prefere dividir um gênero mais alto em gêneros subalternos, e subdividi-los em uma série ranques até se atingir as ínfimas espécies. Conforme Balme, o uso não técnico desses termos indicaria que os tratados biológicos podem ser mais recentes que os lógicos<sup>27</sup> (BALME, 1980, p. 195-197).

Outro exemplo de utilização do método diairético *na Política* encontra-se no Livro 4, com o fim de se determinar qual é o regime adotado por uma constituição empírica (PELLEGRIN, 1986, p. 86). Para tanto, Aristóteles realiza, novamente de acordo com Pellegrin (PELLEGRIN, 1986, p. 121), uma classificação teórica dos animais fora dos tratados biológicos, pois as combinações das partes dos animais estabeleceriam o número possível de espécies encontradas na natureza, assim, haveria tantas espécies quanto as permitidas devido à combinação de seus órgãos (sensoriais, digestivos, locomotivos). De modo análogo, seria possível encontrar o número possível de constituições empíricas, pois existiria um limite de combinações de suas partes constituintes (oligarquia, monarquia e democracia), conforme:

Tomemos como exemplo o seguinte. A saber há tantas espécies de animais permitidas pela combinatória de seus órgãos constitutivos: se pretendêssemos determinar as espécies de

<sup>26</sup>Lennox aponta a dificuldade de conciliar a doutrina lógica presente nos Analíticos, onde os conceitos de *genos* (γένος) e *eidós* (εἶδος) significam gênero e espécie, com as doutrinas biológicas, segundo as quais, os termos significariam mais uma diferença de grau, “mais ou menos” (LENNOX, 1987, p. 90). Lennox postula que essas diferentes descrições para os mesmos termos ocorreriam nos tratados biológicos em razão da doutrina das quatro causas: *genos* seria usado (causa material) para explicar a diversidade de características empíricas encontradas nos seres vivos; já os agrupamentos de cada espécie em conjuntos maiores seriam explicados pela teleologia (causa final) (LENNOX, 1987, p. 101). Pellegrin (1986, p. 85) tem outro entendimento, diz que Aristóteles não é preciso no uso dos termos, por vezes *genos* e *eidós* podem significar diferença de grau; em outras ocasiões, diferenças de gênero e espécie (diferença analógica). Ambos os sentidos seriam usados nos tratados biológicos, uma vez que espécies (*eidós*) diferem em grau, de acordo com as descrições apresentadas no interior do mesmo *genos*; enquanto aquelas que possuem diferença analógica foram colocadas em *genos* separados. Por exemplo, um pássaro difere de outro pássaro por grau, um possui asas longas; outro, asas curtas, etc., ao passo que o peixe difere do pássaro por analogia, o que é a pena em um é a escama em outro (*PA* 1.4, 644a16).

<sup>27</sup>O problema da datação dos tratados aristotélicos é uma questão complexa que não cabe no presente artigo. Reale diz que o método-histórico genético deveria se apoiar em dados e fatos incontroversos sobre as datas de composição dos textos, o que não existe, para estabelecer uma cronologia entre eles. Diante disso, ele adota a posição a favor que os tratados devem ser lidos de forma unitária, qualquer que tenham sido suas gêneses (REALE, 1994, p. 320-321). Para o propósito do presente artigo, considera-se a ordem atual a que deve ser seguida: em primeiro os tratados lógicos, em seguida os físicos, a metafísica, os práticos e os poéticos.



animais, teríamos de definir em primeiro lugar tudo o que necessariamente faz parte do animal, isto é, ter órgãos sensoriais, alguns encarregados de recepção e digestão do alimento, como a boca e o estômago, e outras partes que permitem que cada um deles se mova. Mesmo admitindo que são apenas estes órgãos de que dispõe cada animal, e que são essas as partes que diferenciam os animais entre si (querendo dizer com isto que nada impede existirem várias espécies de boca, estômago, órgãos sensoriais, ou mesmo partes possibilitadoras de locomoção), ainda assim seria o número das suas combinações possíveis que engendraria necessariamente a múltipla variedade das formas animais; com efeito, não é possível que um mesmo animal possua uma quantidade de bocas ou de orelhas diferentes: uma vez asseguradas todas as combinações possíveis, constituiriam as diferentes espécies de animais, sendo estas quantas as combinações de suas partes. Acontece exatamente o mesmo com os regimes políticos atrás mencionados (*Pol.* 4.4,1290b25-35).

Essa passagem parece se relacionar com outra encontrada em *História dos Animais*, onde também é feita uma classificação dos animais tendo em vista as diferenças de suas partes:

Todos os animais têm em comum as partes por onde ingerem os alimentos e onde estes vão ter. Estas partes assemelham-se ou distinguem-se do modo atrás referido. São critérios de diferença a espécie, o excesso, a analogia e a posição. Para além destas, há outras partes em comum na maioria dos animais, aquelas por onde se evacuam os resíduos do processo alimentar; trata-se de facto de uma maioria, já que nem todos os seres as possuem. O órgão por onde o alimento é ingerido chama-se boca, aquele onde os alimentos são recebidos, o ventre. As restantes partes têm múltiplas designações (*HA* 1.2, 488b29).

Citado por Pellegrin, D'Arcy Tompson diz que Aristóteles traz uma novidade ao estudo da ciência política: a comparação por meio de uma metáfora do corpo político com o organismo. Porém, Pellegrin afirma com certeza de que Aristóteles foi o primeiro a comparar estados com organismos, e ainda que tenha sido, a comparação seria metodológica e não literal (PELLEGRIN, 1986, p. 122), e demonstraria a aplicação do método diairético a diversos domínios científicos. Desse modo, Pellegrin defende que não existiria razão para distinguir um sentido lógico de outro biológico dos termos *genos* e *eidós* no pensamento aristotélico.



Outro argumento é a classificação tanto da *pólis* (*Pol.* 1.2, 1253a5)<sup>28</sup> como do comportamento político humano (*Pol.* 1.2, 1253a10-15)<sup>29</sup> como naturais. Isso parece ter alguma relação com as seguintes em *História dos Animais*:

O homem pertence aos dois tipos. O instinto social é próprio dos seres que se mobilizam todos para uma atividade comum, o que nem sempre acontece com os gregários. Estão neste caso o homem, a abelha, a vespa, a formiga e o grou. De entre eles há os que obedecem a um chefe, como os grou e as abelhas; há também os que, como as formigas e milhares de outros seres, não têm chefe. Quer os animais gregários como os que levam uma vida solitária ou são sedentários ou se deslocam (*HA* 1.1, 488a10-15)<sup>30</sup>.

Há também animais mansos e bravios; uns mantêm-se sempre mansos, como o homem e a mula; outros, caso do leopardo e do lobo, são sempre bravios. Outros podem ser rapidamente domesticáveis, como o elefante. Mas a questão pode pôr-se numa outra perspectiva: todos os tipos de animal manso podem encontrar-se também em estado bravo, como os cavalos, os bois, os porcos, os homens, os carneiros, as cabras e os cães (*HA* 1. 1, 488a25-30).

Segundo Pellegrin, as classificações animais efetuadas por Aristóteles em *História dos Animais* podem ser consideradas bases para estudos naturais posteriores, em outras palavras, seriam um depósito de informações para uso em outros trabalhos científicos (PELLEGRIN, 1986, p. 37).

Kullmann afirma que a frase “o ser humano é um animal político por natureza” ocupa um lugar importante dentro de toda a antropologia aristotélica e não interessa apenas do ponto de vista da participação humana cotidiana na política. Consoante com o autor, Aristóteles caracteriza a espécie humana como um ser biológico inerentemente político (KULLMANN, 1980, p. 419). Estaria posto que também existem outras criaturas que são consideradas políticas, mas o ser humano é isso em um grau maior por causa de sua linguagem. A causa final, a natureza não faz nada em vão, se expressaria na peculiaridade psicossomática do *lógos* humano, ao projetar tal espécie para realizar as funções políticas que lhes são próprias (KULLMANN, 1980, p. 424).

<sup>28</sup> Opta-se por citar os textos originais em grego onde aparecem as expressões “animal político” ou “político por natureza” a título de comparação com a tradução em português utilizada. Nesta passagem, “ἄνθρωπος φύσει πολιτικὸν ζῷον” foi traduzido para: “o ser humano é um animal político por natureza”: “ἐκ τούτων οὖν φανερόν ὅτι τῶν φύσει ἢ πόλις ἐστὶ, καὶ ὅτι ὁ ἄνθρωπος φύσει πολιτικὸν ζῷον, καὶ ὁ ἄπολις διὰ φύσιν καὶ οὐ διὰ τύχην ἦτοι φαῦλός ἐστιν ἢ κρείττων ἢ ἄνθρωπος” (Aristotle. *Politics*. London: Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1959, p. 08).

<sup>29</sup> Note-se que na referida passagem, a edição portuguesa utilizou a tradução “animal gregário”, mas o original em grego constante na Loeb Classical Library diz: “διότι δὲ πολιτικὸν ὁ ἄνθρωπος ζῷον πάσης μελιττῆς καὶ παντὸς ἀγελαίου ζῷον μᾶλλον, δῆλον. οὐθὲν γάρ, ὡς φαμέν, μάτην ἢ φύσις ποιεῖ λόγον δὲ μόνον ἄνθρωπος ἔχει τῶν ζῷων” (Aristotle. *Politics*. London: Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1959, p. 10).

<sup>30</sup> Neste caso, na edição portuguesa encontra-se “Πολιτικά” traduzido por “social”: ὁ δ' ἄνθρωπος ἐπαμφοτερίζει. Πολιτικὰ δ' ἐστὶν ὧν ἐν καὶ κοινὸν γίγνεται πάτητων τὸ ἔργον, ὅπερ οὐ πάνητα πολεῖ τὰ ἀγελαῖα. ἔστι δὲ τοιοῦτον ἄνθρωπος, μελιττα, σφήξ, μύρμηξ γέρανος. καὶ τούτων τὰ μὲν ὑφ' ἡγεμόνα ἐστὶν τὰ δ' ἀναρχα, οἷον γέρανος καὶ τὸ τῶν μελιττῶν γένος ὑφ' ἡγεμόνα, μύρμηκες δὲ καὶ μυρία ἄλλα ἀναρχα. καὶ τὰ μὲν ἐπιδημητικά καὶ τῶν ἀγελαίων καὶ τῶν μοναδικῶν, τὰ δὲ ἐκτοπιστικά (Aristotle. *Historia Animalium* - Books I-III. London: Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1965, p. 14).



Se tal hipótese for correta, é possível que Aristóteles tenha usado a classificação de animais políticos em *História dos Animais* como base para a afirmação na *Política* de que o ser humano é um animal político por natureza (*zoon politikon*). A título de exemplo, observa Cooper que a expressão “animal político” é empregada em outras passagens na *Ética a Nicômaco* (1.7, 1097b10-15 e 9,1169b 5-20)<sup>31</sup> e na *Ética a Eudemo* (7.9, 1242a23-24)<sup>32</sup> (COOPER, 1993, p. 305), o que reforçaria o entendimento de que tal classificação pode ser originária de *História dos Animais* e utilizada posteriormente nos demais tratados.

Tendo em vista essas possíveis conexões entre os tratados biológicos e a *Política*, Arnhart considera que o naturalismo biológico seria a base da teoria política de Aristóteles, uma vez que: a) o Estagirita não teria estabelecido uma barreira intransponível entre o instinto animal e o aprendizado, ao dizer que alguns animais possuem essa capacidade (*Met.* A.1, 980b25); b) ao Aristóteles classificar alguns animais explicitamente como políticos, haveria uma ligação com a teoria darwinista da seleção natural (ARNHART, 1994, p. 465), pois, igual a Darwin, Aristóteles também teria considerado a vida política uma forma de satisfação dos impulsos naturais humanos, dentre eles o gregário. A cooperação social organizada entre os seres humanos e outros animais classificados como políticos seria uma consequência da extensão desses impulsos naturais de cuidado parental e estratégias sexuais reprodutivas. Tais características, como laços sociais de grande duração e intensidade, típicas dessas espécies, podem ser consideradas traços adaptativos (ARNHART, 1994, p. 466).

O problema com essa interpretação, dentro da classificação aristotélica, é que ela transformaria a política em uma ciência teórica, assim, esse domínio do saber se tornaria uma parte da biologia ou de forma mais adequada da física, o que entraria em contradição com outros textos do Estagirita mostrados a seguir.

## 2 - A Dicotomia Entre Biologia e Política.

Contrastante com as passagens acima mencionadas, que parecem indicar uma clara ligação entre a biologia e a política em Aristóteles, ao se verificar outros tratados do autor, isso não parece

<sup>31</sup> “τὸ δ' αὐτάρκες λέγομεν καὶ οὐκ αὐτῷ μόνῳ, τῷ ζῶντι βίον μονώτην, ἀλλὰ καὶ γονεῦσι καὶ τέκνοις καὶ γυναίκεσσι καὶ ὅλως τοῖς φίλοις καὶ πολίταις, ἐπειδὴ φύσει πολιτικὸν ὁ ἄνθρωπος” e “πολιτικὴ γὰρ ὁ ἄνθρωπος καὶ συζῆν πεφυκός” (Aristotle. *Nicomachean Ethics*. London: Cambridge, Massachuseters, Harvard University Press, 1936, p. 28 e 558).

<sup>32</sup> “ὁ γὰρ ἄνθρωπος οὐ μόνον πολιτικὸν ἀλλὰ καὶ οἰκονομικὸν ζῶν” (Aristotle. *Eudemian Ethics*. London: Cambridge, Massachuseters, Harvard University Press, 1935, p. 416).



ser tão simples. Em primeiro lugar, nos Analíticos Posteriores, ele diz que não é possível demonstrar algo passando de um gênero para outro, isto é, usar um princípio de uma ciência para demonstrar um assunto de outra, por exemplo, demonstrar um princípio da geometria por meio da aritmética (*A. post.* 1.7, 75b35-40).

Em segundo lugar, em *Met.* E.1, 1025b20-25, Aristóteles divide as ciências em três tipos de acordo com seu objeto de pesquisa: nas práticas estuda-se a ação fora do sujeito; nas produtivas ou poéticas estuda-se a ação interna ao sujeito, em outras palavras, os produtos do intelecto, as artes; por fim, nas teóricas, estudam-se os objetos imutáveis. Ele afirma ainda que cada ciência seria limitada ao setor ou gênero do ser sobre o qual desenvolve seu estudo (*Met.* E.1, 1025b07-09). Em seguida, ele declara que a física (da qual a biologia faz parte) é uma ciência teórica, apesar de seu objeto de estudo, a natureza, ser mutável.

Em terceiro lugar, na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diz que o objeto da ciência política (em sentido amplo, abrangendo a *Ética*) é o estudo das ações belas e justas, que são variáveis e contingentes, e existem por convenção e não por natureza (*EN* 1.3, 1094b15-20). As conclusões extraídas dessa ciência política ampla indicariam uma verdade em linhas gerais ou aplicável à maioria dos casos (*EN* 1.3, 1094b20-25), e não se poderia exigir delas o mesmo rigor demonstrativo da matemática (*EN* 1.3, 1094b25-30), pois a precisão deve ser adequada a cada gênero de assunto (ciência). E na *Política* a prescrição é reforçada: “No que se refere a todas as artes e ciências que não se formam de acordo com um aspecto parcial, mas visam um gênero determinado, só a uma compete examinar aquilo que é adequado a cada gênero” (*Pol.* 4.1, 1288b5-10).

Pellegrin, apesar de dizer que Aristóteles recorre à metodologia aplicada às ciências naturais na *Política*, diz que o Estagirita não conceberia que as primeiras incluiriam a última, pois, em concordância com a doutrina dos Analíticos e da Metafísica, diferentes gêneros dão origem a diferentes ciências (PELLEGRIN, 2015, p. 27).

Além do objeto de estudo, o método de investigação das ciências práticas é diverso das teóricas:

A exemplo do que fizemos em todos os outros casos, passaremos em revista os fatos observados e, após discutir as dificuldades, trataremos de provar, se possível, a verdade de todas as opiniões comuns, a respeito desses fatos afetos da mente — ou, senão de todas, pelo menos do maior número e das mais autorizadas; porque, se refutarmos as objeções e deixarmos intatas as opiniões comuns teremos provado suficientemente a tese (*EN* 7.1, 1145b2-7).



Assim, a pesquisa começaria nas ciências práticas com o exame dos fenômenos, colocados em comparação com as crenças ou opiniões mais difundidas ou aquelas enunciadas pelos mais sábios sobre tais fenômenos. Ao se desenvolver o problema em dois sentidos, ao afirmá-lo e negá-lo, se poderia discernir mais facilmente entre verdadeiro e o falso. A solução estaria razoavelmente estabelecida se forem refutadas as objeções à tese e rejeitada em caso contrário (BERTI, 2010, p. 315).

A pesquisa biológica começaria com o recolhimento do maior número possível de fatos empíricos, com a finalidade de se atingir as causas e razões das coisas (EAST, 1958, p. 225). Na zoologia, por exemplo, deve o naturalista coletar os fatos relativos aos animais (verificar o maior número possível de espécies existentes); em seguida, examinar as partes desses animais, de acordo com o método de divisão mencionado, em seguida explicar o porquê dessas partes, com auxílio da teoria das quatro causas: material, formal, eficiente, e, em especial, a causa final, conforme:

Um outro ponto de discussão obrigatório consiste em saber — voltando à teoria no passado emitida pelos nossos antecessores — se se deve privilegiar a gênese dos seres ou a sua configuração final. Porque a diferença entre as duas perspectivas não é irrelevante. Parece que se deve começar, como atrás afirmamos, por inventariar as características de cada espécie, para só depois lhes discutir as causas e lhes considerar o processo generativo (*PA* 1.1, 640a10-15).

Por isso, muitos autores adotam a posição a favor de que a teoria política de Aristóteles deve ser separada dos argumentos biológicos ou que esses seriam irrelevantes (ARENDRT, 2021, p. 28). Por exemplo, Arendt argumenta que a política não poderia ter fundamento na biologia, em virtude de serem as capacidades noéticas que fariam a espécie humana se relacionar entre seus iguais em relações horizontais e, assim, constituir a *pólis*, e o humano se tornar um animal político (ARENDRT, 2011, p. 32). A missão da política seria levar o indivíduo à conquista da liberdade e da felicidade, o que só surgiria após a fundação da *pólis* (ARENDRT, 2011, p. 34).

Já Keyt aponta que a explicação naturalista é insuficiente para a formação da *pólis* e para fundamentar o fenômeno político, pois em outra passagem na *Política*, Aristóteles atribui aos legisladores a condição de artífices de leis e constituições (*Pol.* 1.12, 1273b30-32), logo essa seria uma atividade por convenção em compatibilidade com o prescrito na *Ética a Nicômaco*. Aristóteles observa que apesar de existir uma tendência natural à formação de tal comunidade, "aquele que primeiro forjou a comunidade política foi a causa dos maiores bens" (*Pol.* 1.2, 1253a30-31). Isso





demonstraria que a atividade política seria uma arte ou ciência, análoga à arte ou ofício de tecelagem, ou construção naval, que não seria dada por natureza (KEYT, 1991, p. 119).

Destarte, do mesmo modo que um construtor naval fabrica um navio, ao dar uma forma a madeira, pregos, telas, etc., um estadista ou legislador criaria uma *pólis*, ao impor uma forma, uma constituição (*Pol.* 3.3, 1276b1-11), a uma população em determinado território (*Pol.* 7.4, 1326a1-8). Por analogia, então, uma *pólis* seria um artefato da razão prática, assim como um navio, uma capa ou uma sandália são artefatos da razão produtiva (KEYT, 1991, p. 119). Pode-se contra-argumentar que isso transformaria a política em uma ciência poiética e não prática.

Mulgan defende que, devido ao argumento a favor que a política consistiria em uma atividade exclusivamente humana, esse seria o motivo de a maioria das traduções de História dos Animais considerar πολιτικὸν como “social”, de modo a não designar um propósito especial a tais atividades exercidas em comum pelos animais membros de um grupo. Aristóteles não tomaria a expressão “animal político” em História dos Animais em seu sentido literal, como ser pertencente à *pólis*, ele teria dado um sentido mais amplo ou metafórico, em outros termos, o Estagirita teria feito apenas uma analogia entre a capacidade de os animais efetuarem tarefas em comum e a atividade política humana que se realiza em uma *pólis* (MULGAN, 1974, p. 439).

Ainda consoante Mulgan, Aristóteles usaria a expressão animal político em três sentidos: a) para se referir à necessidade humana de pertencimento a uma cidade, um ser pertencente à *pólis*, ou nascido para a cidadania, seria o sentido usado na *Política*; b) para se referir a necessidade humana de outras instituições sociais e da companhia de outros membros de sua espécie, seria o sentido utilizado na *Ética a Nicômaco* e na *Ética a Eudemo*; c) para se referir a necessidade, compartilhada pelos humanos e alguns outros animais não humanos, de empreender uma atividade coletiva com outros membros da mesma espécie, esse seria o sentido utilizado em História dos Animais (MULGAN, 1974, p. 444). O autor defende, caso se entenda que a expressão “animal político” tem o mesmo sentido nas diversas passagens mencionadas, que seria um caso de inconsistência no pensamento do Estagirita, pois haveria a atribuição de atividades estritamente humanas a animais.

Destarte, segundo o pensamento desses autores, os argumentos biológicos utilizados na *Política* poderiam ser desconsiderados ou não teriam grande importância para a compreensão da filosofia política aristotélica. O essencial seria a capacidade humana única, o *lógos* (ou o *nous*, no caso de Arendt), o discurso articulado, que daria à nossa espécie o poder exclusivo de formular juízos a respeito do justo ou do injusto, para o desempenho das atividades de governo da *pólis*.



### 3 - A Biologia Como Argumento Dialético na *Política*

Desse modo, depara-se aparentemente uma contradição no pensamento político aristotélico, Aristóteles usa e ao mesmo tempo proíbe a aplicação de argumentos biológicos para justificar suas posições políticas. A biologia pode ser, por um lado, essencial para determinar que o ser humano é um animal naturalmente político e compartilha tal característica com outros animais; por outro, essa característica pode ser irrelevante ou descartada, tendo vista que somente os humanos são capazes de construir e viver por meio do *lógos* em uma comunidade verdadeiramente política, a *pólis*.

Essa contradição poderia ser considerada insanável ou haveria algum tipo de conciliação nas duas posições? Uma possível resposta pode ser encontrada na linha de interpretação desenvolvida por Guérout para o Livro A da *Metafísica*, segundo a qual, a análise ali feita por Aristóteles sobre as diversas opiniões dos filósofos precedentes visava encontrar uma falha ou contradição, não por mera crítica, mas para estabelecer um diálogo com esses predecessores (GUÉROULT, 1963, p. 431), ou seja, visava estabelecer um método geral de investigação e de solução possível de diferentes problemas.

Guérout aponta que esse método seria o dialético, já preconizado nos *Tópicos*, o qual não encontraria soluções lógicas, isto é, apodíticas (rigorosamente demonstradas), mas, por meio desse confronto dessas opiniões autorizadas, construiria conhecimentos prováveis ou plausíveis (GUÉROULT, 1963, p. 431), os quais não teriam validade universal, seriam adequados à solucionar a maioria dos casos, mas não todos (BERTI, 2010a, p. 315).

A dialética foi considerada inferior à lógica, por ser considerada útil apenas em disputas erísticas. Porém, consta nos *Tópicos* que essa seria apenas uma das três utilidades que ela possui, as outras duas seriam o adestramento do intelecto e o auxílio à construção das ciências filosóficas, conforme:

Depois do que precede, devemos dizer para quantos e quais fins é útil este tratado. Esses fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas (*Top.* 1.2, 101a 25-30).

Para o estudo das ciências filosóficas é útil porque a capacidade de suscitar dificuldades significativas sobre ambas as faces de um assunto nos permitirá detectar mais facilmente a verdade e o erro nos diversos pontos e questões que surgirem (*Top.* 1.2, 101a 35).



A dialética se vale de princípios gerais aplicáveis a várias ciências, e exatamente por essa razão ela é útil à filosofia, porque avaliaria em um problema suas duas (ou mais) faces e permitiria captar a verdade ou erro na questão abordada:

Tem ainda utilidade em relação às bases últimas dos princípios usados nas diversas ciências, pois é completamente impossível discuti-los a partir dos princípios peculiares à ciência particular que temos diante de nós, visto que os princípios são anteriores a tudo mais; é à luz das opiniões geralmente aceitas sobre as questões particulares que eles devem ser discutidos, e essa tarefa compete propriamente, ou mais apropriadamente, à dialética, pois esta é um processo de crítica onde se encontra o caminho que conduz aos princípios de todas as investigações (*Top.* 1. 2, 101a35 e 101b).

Pode-se argumentar que a dialética servira à construção das ciências práticas (ética e política), nas quais Aristóteles disse que não se pode exigir o mesmo rigor de demonstração da matemática. Todavia, seu uso se encontra igualmente nas ciências teóricas, é o que se constataria nos livros 1 da Física, De Anima e da Metafísica (GUÉROULT, 1963, p. 434). Esses textos abarcam um exame minucioso das opiniões divergentes dos predecessores ao Estagirita; só após tal crítica, Aristóteles apresentaria sua própria opinião, ao apontar a contradição nas teses analisadas e, assim, mostrar a solução alcançada. O que não quer dizer que as teses precedentes eram inconsistentes, sim que elas serviam como premissas a serem contraditadas por meio do processo dialético.

A demonstração lógica (o raciocínio estabelecido a partir de premissas primeiras e verdadeiras, para se chegar a conclusões inequivocamente verdadeiras) estaria reservada à matemática e alguns ramos da física no pensamento aristotélico. Segundo Berti, quase todos os exemplos de ciência apodíctica presentes nos Analíticos são extraídos da matemática, alguns seriam referentes às definições astronômicas, por exemplo: o eclipse seria efeito da privação da luz, em razão da interposição da Lua. Nas demais disciplinas, Aristóteles se contentaria com o pensamento dialético, e a chegaria a soluções prováveis, com alto grau de confiabilidade, mas sem a pretensão de negar que haveria uma resposta diferente (BERTI, 2002, p. 47).

Se o uso científico da dialética estaria bem configurado nos tratados acima mencionados, isso também se daria nos tratam das ciências práticas? Irwin defende que De Anima, Ética a Nicômaco e *Política* compartilham duas características comuns: a primeira, o método predominante de argumentação neles presente é mais dialético do que empírico (assim se diferem dos tratados biológicos); a segunda, esses tratados apelam para conclusões da Metafísica sobre



conceitos de substância, forma, e essência, o que os diferem dos tratados da Física (IRWIN, 2002, p. 22).

Restringindo-se a análise à *Política*, o Livro 1 desse tratado não apresenta uma coletânea de opiniões de diversos filósofos sobre o problema a ser enfrentado, mas sim o questionamento se a autoridade política se confunde com o chefe da casa ou de escravos; depois examina-se a formação do Estado como consequência de um processo natural; a justificação da escravidão, da família e da propriedade privada, como decorrência desse processo natural.

Aristóteles não diz explicitamente neste momento, mas muitos autores defendem que ele estaria polemizando com Platão (PELLEGRIN, 1986, p. 85; KULMANN, 1980, p. 421), quem afirma no *Político* que a função do governante se confunde a do pastor de rebanhos, ou seja, que existiria uma diferença de espécie, não de grau, entre governantes e governados. Aristóteles estaria dialogando com Platão no Livro 1 da *Política*, e utilizaria argumentos biológicos de forma dialética para estabelecer que não há tal diferença entre governantes e governados, pois o ser humano seria um animal naturalmente político. A diferença de espécie se daria entre a autoridade política e a despótica, uma vez que a primeira ocorre no âmbito público entre iguais e a segunda entre no âmbito privado do lar entre desiguais. Assim, ele estabeleceria as premissas da crítica empreendida no Livro 2, agora de forma explícita, contra Platão e outros filósofos.

Diante disso, Irwin propõe que o método de exposição da *Política* não seria o terceiro uso da dialética presente nos *Tópicos*, mas uma “dialética forte”<sup>33</sup> (IRWIN, 2002, p. 20), uma evolução do pensamento aristotélico surgida após a tentativa de estabelecer uma ciência universal no Livro  $\Delta$  da *Metafísica*, ao se constatar a insuficiência da mera análise de opiniões precedentes para a resolução de uma aporia, pois a subjetividade desses fenômenos não os fariam um ponto de partida adequado para a investigação científica (IRWIN, 2002, p. 137).

Irwin diz que Aristóteles deriva alguns aspectos de sua teoria moral e política de sua explicação da essência humana, identificada com a alma, e utiliza essa explicação apoiada em

---

<sup>33</sup> Essa proposição de Irwin, a “dialética forte”, é contraditada por Berti, que diz isso seria o uso científico da dialética já apresentado nos *Tópicos* (BERTI, 2010b, p. 278); desse modo, torna-se problemático defender uma “evolução” no pensamento do Estagirita, ao considerar apenas a data de redação dos *Tópicos* como anterior a dos tratados biológicos, éticos e políticos. Portanto, não se pode afirmar categoricamente que Aristóteles aprimorou o uso da dialética após a tentativa de formulação de uma ciência universal no livro  $\Delta$  da *Metafísica* e não mais se contentou com mero exame de opiniões para fundamentar seus raciocínios dialéticos.



argumentos biológicos e metafísicos para corrigir ou revisar as crenças e opiniões comuns (IRWIN, 2002, p. 23). Tais argumentos, justificados a partir da filosofia primeira, fundamentariam as conclusões éticas e políticas em base mais firme que opiniões, mesmo que abalizadas pela maioria ou os mais sábios (IRWIN, 2002, p. 24). Irwin afirma que a “dialética forte” justificaria as conclusões conservadoras apresentadas por Aristóteles na *Política*, onde argumentos, tanto dialéticos quanto metafísicos e descrições da natureza humana (biológicos), sustentam a justiça da escravidão, a posição política inferior das mulheres e o desejo de governar a classe média (IRWIN, 2002, p. 25).

Assim, pode-se dizer que Aristóteles usa os argumentos biológicos na *Política* de modo a se contrapor a Platão, que preconizou a abolição da família e da propriedade privada no regime político constante na República, e contra todos os que defendem sistemas políticos desgarrados da realidade, conforme:

Para além de tudo isso, caberá a essa ciência conhecer a forma de regime que melhor convém o conjunto de todas as cidades, dado que a maioria daqueles que aplicam seus pontos de vista a um regime, e por mais belos que sejam os seus argumentos, fracassam em termo de utilidade prática (*Pol.* 4.1, 1288b30-35).

Mas esses argumentos biológicos não teriam o escopo de transformar a ciência política em teórica, ela ainda seria uma prática, cujo fim é lidar com problemas contingentes, e seus raciocínios não encontrariam soluções definitivas ou incontestáveis, mas somente as melhores ou as possíveis para determinada situação concreta (BERTI, 2014, p. 49).

Por fim, acrescenta-se que a dificuldade estabelecida nos Primeiros Analíticos no uso de princípios de uma ciência para justificar conclusões de outra, não parece ser absoluto. Pois, Brunschwig (BRUNSCHWIG, p. 109, 2009) diz que é possível “até certo ponto” demonstrar uma definição pela outra (BRUNSCHWIG, p. 109, 2009), pois Aristóteles em passagem posterior dos Analíticos Posteriores diz:

Bem, um modo de empregar tal demonstração é o método que criticamos a pouco, e que consiste em demonstrar uma definição pela outra, pois o termo médio através do qual as essências são inferidas tem ele mesmo que ser essência, e aquele que através do qual são inferidos predicados peculiares tem que ser um predicado peculiar. Assim, para um mesmo sujeito uma proposição de sua natureza essencial será demonstrada, enquanto a outra não (*A. post.* 2.8, 93a10-15).

Porém, o filósofo adverte que de que tal procedimento não terá o valor de uma demonstração (lógica), mas será um raciocínio dialético: “Foi observado páginas atrás que esse



método carece de força de uma demonstração: não passa de uma inferência dialética da essência” (*A. post.* 2.8, 93a15-16).

#### **4 - Considerações Finais**

Por meio da argumentação apresentada, procurou-se verificar se a biologia da Aristóteles pode explicar ou esclarecer aspectos da filosofia política desse filósofo, sem olvidar a separação das ciências estabelecida pelo Estagirita. A primeira corrente apresentada, ao considerar a biologia o fundamento da filosofia política de Aristóteles, não se atenta que isso transformaria esse domínio do saber em uma ciência teorética. A função da filosofia política seria como guia prático para a ação e não construir juízos definitivos ou apodícticos, pois as atividades políticas humanas não teriam essa característica. Pode-se, assim, dizer que as conclusões sobre a justiça da escravidão, a posição política inferior das mulheres e dos trabalhadores braçais seriam soluções práticas confiáveis, mas sem a pretensão de negar a existência de respostas diferentes.

Ao se interpretar que os argumentos biológicos são utilizados na *Política* de forma dialética, permitiria, além de uma harmonia com os demais textos do filósofo encontrados nos Tópicos, Analíticos, Metafísica e Ética a Nicômaco, uma reavaliação do Livro 1, pois a segunda corrente o classifica como descartável ou irrelevante, e a teoria política seria apresentada somente nos capítulos seguintes. Por meio da dialética, seja a descrita nos Tópicos ou a “dialética forte” proposta por Irwin, ao se valer de princípios de ciências diferentes para ajudar a construir a filosofia, o Livro 1 estaria integrado ao processo crítico de descoberta dos princípios da ciência política, cujo produto seria a descrição do melhor regime feita no Livro 8.

Igualmente permite que a expressão “animal político” seja entendida univocamente. Ao contrário de Mulgan, que propõe um significado diferente de acordo com o tema tratado (ético, político ou biológico) e especialmente defende que ela é usada em sentido metafórico em *História dos Animais*, Pellegrin leciona que aquele tratado é teorético, e as descrições dos comportamentos animais nele realizadas foram feitas com o rigor científico possível pelo método de pesquisa biológica aristotélico (PELLEGRIN, 1986, p. 166). Portanto, não parece que a expressão é ali utilizada em sentido figurado. Apesar de biologia e política não fazerem parte da mesma ciência, é desnecessário ou mesmo impossível traduzir um mesmo termo em sentido metafísico, biológico,



ético, político, e assim por diante, de acordo com tratado no qual aparece (PELLEGIN, 1986, p. 34).

Essa posição é seguida por Fiecconi, ao afirmar que o critério aristotélico para classificar animais não humanos como políticos é simplesmente sua capacidade de realizarem funções comuns conforme sua espécie (FIECCONI, 2021, p. 212). Os seres humanos só realizariam sua função de acordo com sua espécie ao construírem, viverem e exercitarem sua razão em uma *pólis*, assim seriam naturalmente políticos em grau maior do que os animais não humanos (FIECCONI, 2021, p. 213). Logo, é possível que Aristóteles tenha usado na *Política* a expressão “animal político” com o mesmo sentido de *História dos Animais*, mas com propósitos diferentes: no último tratado, para descrever o modo de vida de alguns animais (humanos incluídos) e no primeiro para empreender sua crítica dialética.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. 2011. *A Condição Humana*. 11ª Edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARISTÓTELES. 2005. *Analíticos Anteriores*. São Paulo: Edipro.
- ARISTÓTELES. 2005. *Analíticos Posteriores*. São Paulo: Edipro.
- ARISTÓTELES. 1979. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural.
- ARISTÓTELES. 2006. *História dos Animais – Livros I-VI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ARISTÓTELES. 2005. *Metafísica*. 2ª Edição, Tradução: Giovane Reale. São Paulo: Edições Loyola.
- ARISTÓTELES. 2010. *Partes dos Animais*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ARISTÓTELES. 1998. *Política*. Tradução: Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega.
- ARISTÓTELES. 1978. *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural.
- ARISTOTLE. 1935. *Eudemian Ethics*. Translated by H. Rackham. London, Cambridge, Massachusters: Harvard University Press.
- ARISTOTLE. 1965. *Historia Animalium - Books I - III*. Translated by A. L. Peck. Cambridge, Massachusters, London: Harvard University Press.
- ARISTOTLE. 1936. *Nicomachean Ethics*. Translated by H. Rackham. London, Cambridge, Massachusters: Harvard University Press.
- ARISTOTLE. 1961. *Parts of Animals*. Translated by A. L. Peck. 4ª Edition, London, Cambridge, Massachusters: Harvard University Press.
- ARISTOTLE. 1959. *Politics*. Translated by H. Rackham. 4ª Edition, London, Cambridge, Massachusters: Harvard University Press.





- ARISTOTLE. 1957. *On the Soul*. Translated by W. S. Hett. 2<sup>a</sup> Edition, London, Cambridge, Massachuseters: Harvard University Press.
- ARNHART, L. 1994. The Darwinian Biology of Aristotle's Political Animals. *American Journal of Political Science*, Bloomington, Vol. 38, N<sup>o</sup> 2, p. 464-485, Maio de 1994.
- BALME, D. M. 1980. Aristotle's Use of Differentiae in Zoology. In: Mansion, S. *Aristote et les Problèmes de Méthode*. Louvain-La-Neuve, Éditions de L'Institut Supérieur de Philosophie.
- BERTI, E. 2002. *As Razões de Aristóteles*. 2<sup>a</sup> Edição, São Paulo: Edições Loyola.
- BERTI, E. 2010a. A Concepção Aristotélica de Dialética Também se Desenvolve? In: PERINE, M. *Novos Estudos Aristotélicos I - Epistemologia, Lógica e Dialética*. São Paulo: Edições Loyola.
- BERTI, E. 2010b. O Uso Científico da Dialética de Aristóteles. In: PERINE, M. *Novos Estudos Aristotélicos I - Epistemologia, Lógica e Dialética*. São Paulo: Edições Loyola.
- BERTI, E. 2014. ΦΡΟΝΗΣΙΣ e Ciência Política. In: PERINE, M. *Novos Estudos Aristotélicos III – Filosofia Prática*. São Paulo: Edições Loyola.
- BOURGEY, L. 1955. *Observation et Expérience chez Aristote*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- BRUNSCHIWIG, J. 2009. O Objeto e a Estrutura dos Segundos Analíticos Segundo Aristóteles. In: VELOSO, C. W. *Estudos e Exercícios de Filosofia Grega*. São Paulo: Edições Loyola.
- COOPER, J. M. 1993. Political Animals and Civic Friendship. In: BADHWAR, N. K. *Friendship: A Philosophical Reader*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- EAST, S. P. 1958. *De la méthode en biologie selon Aristote*. Laval théologique et philosophique, V. 14, N<sup>o</sup> 2, 1958, p. 213-235. <https://doi.org/10.7202/1019967ar>, data de acesso: 25 de Abril de 2024.
- FIECCONI, E. C. 2021. Elements of Biology in Aristotle's Political Science. In: CONNELL, S. M. *The Cambridge Companion to Aristotle's Biology*. Cambridge: Cambridge University Press.



GUÉROULT, M. 1963. Logique, Argumentation, et Histoire de Philosophie chez Aristote. *La Théorie de l'Argumentation: Perspectives et Applications*. Louvian/Paris, V. 6, N° 21-24, p. 431-449, Dezembro de 1963.

IRWIN, T. H. 2002. *Aristotle's First Principles*. Oxford, Clarendon Press.

KEYT, D. 1991. Three Basic Theorems in Aristotle's Politics. In: KEYT, D. & MILLER, F. D. *A Companion to Aristotle's Politics*. Oxford: Blackwell.

KULLMANN, W. 1980. Der Mensch als Politisches Lebewesen bei Aristoteles. *Hermes*, Stuttgart, 108(3), 419-443. <http://www.jstor.org/stable/4476177>, data de acesso: 25 de Abril de 2024.

LENNOX, J. G. 1987. Divide and Explain: The Posterior Analytics in Practice. In: GOTTHELF, A. & LENNOX, J. G. *Philosophical Issues In Aristotle's Biology*. Cambridge, New York, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press.

MULGAN, R. G. 1974. *Aristotle's Doctrine That Man Is a Political Animal*. *Hermes*, 102(3), 438-445. <http://www.jstor.org/stable/4475868v>, data de acesso: 25 de Abril de 2024.

PELLEGRIN, P. 1986. *Aristotle's Classification of Animals: Biology and The Conceptual Unity of The Aristotelian Corpus*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press.

PELLEGRIN, P. 2015. Is Politics a Natural Science? In: LOCKWOOD, T. & SAMARAS, T. *Aristotle's Politics: A Critical Guide*. Cambridge, Cambridge University Press.

PLATÃO. 1972. *Político*. São Paulo: Abril Cultural.

REALE, G. 1994. *História da Filosofia Antiga*. V. II. São Paulo: Loyola.

#### Licenciamento

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons 4.0 <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>

